

COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ Nº 92.952.043/0001-95

Av. Praia de Belas, 1768 - Porto Alegre - RS



BALANÇO PATRIMONIAL

Conta	31/12/2024	31/12/2023	Conta	31/12/2024	31/12/2023
	R\$	R\$		R\$	R\$
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	126.387,80	7.317,78	<b>CIRCULANTE</b>	3.194.262,47	2.591.378,20
<b>EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	5.902,36	7.317,78	<b>OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO</b>	3.194.262,47	2.591.378,20
Caixa Geral (4)	5.363,83	6.809,53	Fornecedores	72,99	42.324,34
Bancos Conta Movimento (4)	538,53	508,25	Obrigações Operacionais (10)	0,00	110.147,68
<b>CRÉDITOS</b>	120.485,44	0,00	Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais (11)	1.634.159,63	1.633.068,36
Créditos a Receber (5)	120.485,44	0,00	Obrigações Tributárias a Recolher (12)	85.795,77	56.856,43
			Outros Passivos (13)	1.474.234,08	748.981,39
			<b>NÃO CIRCULANTE</b>	754.358.472,02	642.425.333,00
			<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	754.358.472,02	642.425.333,00
			Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais	1.555.139,70	1.708.373,15
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	212.570.514,83	186.925.005,54	Provisões e Passivos Contingentes (14)	233.494.429,67	147.047.816,48
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	203.092.375,99	175.348.764,88	Adiantamento p/Aumento de Capital Social (15)	495.906.829,58	478.906.829,58
Créditos a Receber (5)	1.686.509,01	0,00	Impostos Diferidos (8)	3.101.452,60	3.813.811,92
Depósitos Judiciais (6)	154.134.138,22	154.222.824,92	Outros Passivos (13)	20.300.620,47	10.948.501,87
Provisões Cíveis (7)	2.179.773,23	4.684.708,02			
Impostos Diferidos (8)	45.080.859,53	16.430.135,94	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	(544.855.831,86)	(458.084.387,88)
Bens disponíveis para venda	11.096,00	11.096,00	<b>CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO (16)</b>	350.000.000,00	350.000.000,00
			Capital Autorizado	350.000.000,00	350.000.000,00
<b>INVESTIMENTOS</b>	7.335,62	7.335,62	(-) Capital a Integralizar	(156.662.573,61)	(156.662.573,61)
Participações em Outras Sociedades	7.335,62	7.335,62	<b>RESERVA DE CAPITAL</b>	8.903.199,55	8.903.199,55
<b>IMOBILIZADO (9)</b>	9.470.803,22	11.568.905,04	Reserva de Capital	8.903.199,55	8.903.199,55
Bens em Operação	10.216.941,21	15.759.996,98	Créditos p/Aumento de Capital	6.020.466,82	7.951.805,70
Depreciações Acumuladas	(746.137,99)	(4.191.091,94)	<b>AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (9.1)</b>	6.020.466,82	7.951.805,70
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	6.020.466,82	7.951.805,70
			<b>LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	(753.116.924,62)	(668.276.819,52)
			Prejuízos Acumulados	(753.116.924,62)	(668.276.819,52)
<b>TOTAL ATIVO</b>	212.696.902,63	186.932.323,32	<b>TOTAL PASSIVO</b>	212.696.902,63	186.932.323,32

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Conta	31/12/2024	31/12/2023	Componentes	31/12/2024	31/12/2023
	R\$	R\$		R\$	R\$
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	0,00	0,00	<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Receitas de Serviços	0,00	0,00	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	(86.771.443,98)	(25.943.644,62)
Venda de Produtos	0,00	0,00	<b>AJUSTES AO RESULTADO LÍQUIDO:</b>		
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	0,00	0,00	Depreciação do Exercício	(208.819,74)	(640.076,70)
Deduções sobre vendas/serviços	0,00	0,00		(208.819,74)	(640.076,70)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	0,00	0,00	<b>AJUSTES VARIAÇÕES ATIVO PASSIVO:</b>		
<b>CUSTO SERVIÇOS/PRODUTOS VENDIDOS</b>	0,00	0,00	Variação Ativo Circulante	(120.485,44)	0,00
			Variação Realizável Longo Prazo	(27.743.611,11)	(8.789.542,83)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	0,00	0,00	Variação Passivo Circulante	602.884,27	(2.854.432,47)
<b>DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	(114.235.936,08)	(32.285.643,52)	Variação Exigível a Longo Prazo	8.486.525,83	(2.395.891,39)
Despesas c/Pessoal (17.1)	(20.400.257,51)	(8.003.096,95)	Variação Provisões e Passivos Contingentes	86.446.613,19	20.269.962,03
Materiais e Serviços (17.2)	(2.168.455,85)	(2.183.156,86)	Adiantamento para Aumento de Capital	17.000.000,00	19.200.000,00
Despesas Tributárias (17.3)	(156.719,86)	(424.303,42)	<b>CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	84.671.926,74	25.430.095,34
Depreciações	(208.819,74)	(640.076,70)			
Outras Despesas Operacionais (17.4)	(93.304.517,46)	(21.282.913,03)	<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Outras Receitas Operacionais (17.5)	2.002.834,34	247.903,44	Aquisições/Baixas de Ativo Imobilizado	2.306.921,56	1.157.946,75
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	(114.235.936,08)	(32.285.643,52)	Aquisições/Baixas de Investimentos	0,00	0,00
Despesas Financeiras (17.6)	(23.712,95)	(387.866,57)	<b>CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	2.306.921,56	1.157.946,75
Receitas Financeiras (17.7)	14.404,22	0,00			
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	(114.245.244,81)	(32.673.510,09)	<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	(1.415,42)	4.320,77
Outras Receitas/Outros Custos (18)	(1.889.284,08)	(1.916.003,55)	<b>SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	7.317,78	2.997,01
<b>PROVISÕES</b>	29.363.084,91	8.645.869,02	<b>SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	5.902,36	7.317,78
Contribuição Social / IRPJ Diferidos	29.363.084,91	8.645.869,02	<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	(1.415,42)	4.320,77
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	(86.771.443,98)	(25.943.644,62)			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CONTAS	CAPITAL SOCIAL			RESERVA DE CAPITAL	RESERVA AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			LUCRO/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Capital Autorizado	Capital a Emitir e Subscriver	Capital Subscrito e Integralizado	Crédito p/Aumento de Capital	Reavaliação de Edificações	Reavaliação de Terrenos	Ajuste Patrimonial		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	350.000.000,00	(156.662.573,61)	193.337.426,39	8.903.199,55	0,00	0,00	7.951.805,70	(642.333.174,90)	(432.140.743,26)
Resultado do Exercício								(25.943.644,62)	(25.943.644,62)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	350.000.000,00	(156.662.573,61)	193.337.426,39	8.903.199,55	0,00	0,00	7.951.805,70	(668.276.819,52)	(458.084.387,88)
Ajuste Avaliação Patrimonial							(1.931.338,88)		1.931.338,88
Resultado do Exercício								(86.771.443,98)	(86.771.443,98)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	350.000.000,00	(156.662.573,61)	193.337.426,39	8.903.199,55	0,00	0,00	6.020.466,82	(753.116.924,62)	(544.855.831,86)

Sérgio Luiz Valmorbidia  
Diretor-Presidente  
CPF: 293.815.760-68

Leonardo Kramer do Prado  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 827.303.930-72

Paulo Cesar Motta  
CPF: 498.915.700-10  
Contador CRC/RS 61.363/RS

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL:

A Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA - EM LIQUIDAÇÃO é uma sociedade anônima de economia mista, vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação – SEAPI, e tem no Estado do Rio Grande do Sul o seu acionista majoritário e seu sócio controlador. Foi criada em dezembro de 1952, com a finalidade de suprir o setor agrícola de uma infraestrutura de armazenagem, assegurar uma conveniente estocagem, tratamento e preservação de produtos confiados a sua guarda, regular o fluxo e facilitar a sua comercialização, e não está enquadrada como Empresa de Grande Porte, nos termos da Lei nº 11.638/07. A partir da publicação da Lei Estadual nº 15.183 de 16 de maio de 2018, a companhia deu início ao seu processo de liquidação extrajudicial, com o encerramento das atividades empresariais. Esta situação tornou a companhia integralmente dependente da administração direta, para o atendimento dos seus compromissos financeiros e para a efetivação dos atos da sua liquidação.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI 6.404/76 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: 11.638/2007 E 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO AS NORMAS INTERNACIONAIS:

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as determinações da Lei nº 6.404/76, adotando as alterações promovidas pelas Leis: 11.638/07 e 11941/09 e dentro de nosso contexto  
b) As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis(CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade(CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Os Direitos e Obrigações da empresa estão classificados no Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009.  
d) Quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a administração da entidade pode identificar bens ou conjuntos de bens de valores relevantes ainda em operação, relevância essa medida em termos de provável geração futura de caixa e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo (conforme definido no item 8 - Definições - do Pronunciamento CPC 04) em seus saldos iniciais. IPC10-21. Os principais pontos a serem considerados na contabilização dos ativos imobilizados são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e as perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos. Assim, todos os procedimentos inerentes às determinações expressadas nas Leis nºs 11.638/2007, da Resolução nº 1.159 de 13/02/2009 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e do Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC 01, 27, 37 e 43, inclusive o Teste de Recuperabilidade, foram realizados no exercício de 2015. Desta prática executada resultou nesta época a conta AJUSTE PATRIMONIAL no Patrimônio Líquido.

e) Apuração do Resultado: o resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

f) As demonstrações financeiras seguem ainda, as orientações dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição.

## 4. CAIXA E BANCOS:

Refletem os saldos existentes nas unidades no encerramento do Balanço Patrimonial em 31/12/2024. O saldo de R\$ 5.902,36 na conta de outras disponibilidades, referem-se ao saldo em caixa e banco que a companhia possui em seu poder de liquidez imediata.

## 5. CRÉDITOS A RECEBER:

A companhia possui saldo a receber de acordo judicial formalizado no exercício de 2024 referente ao processo judicial cível nº 5052539-58.2021.8.21.0001, firmado com a empresa TS2 TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA.

Créditos a Receber	31/12/2024	31/12/2023
Créditos a Receber	120.485,44	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	120.485,44	-
Créditos a Receber	1.686.509,01	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.686.509,01	-

## 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS:

A conta Depósitos Judiciais decorrente de interposição de recursos e pagamentos realizados através de depósitos judiciais, e está composta por:

Depósitos Judiciais	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais Trabalhistas	3.210.077,68	3.094.910,38
Acordo Trabalhista Sagers Processo 0037300-45.2005-5.04.0014	148.499.547,54	148.499.547,54
Creditos a receber	1.686.509,01	-
Outros Depositos	2.424.513,00	2.628.367,00
TOTAL	155.820.647,23	154.222.824,92

OBSERVAÇÃO: O valor de R\$148.499.547,54 decorre dos pagamentos realizados através de depósito judicial, no bojo do processo coletivo trabalhista nº 0037300-45.2005.5.04.0014, onde a CESA firmou acordo judicial com o Sindicato dos Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais no Estado do Rio Grande do Sul – SAGERS, para quitação de crédito trabalhista.

## 7. PROVISÕES CÍVEIS

O valor de R\$ 2.179.773,23 e R\$ 4.683.708,02 referente a 2024 e 2023 respectivamente, se tratam de processos impetrados pela Companhia em face pessoas físicas e jurídicas. O valor reconhecido como provisão representa a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. A melhor estimativa do gasto necessário para a extinção da obrigação presente corresponde ao valor que a entidade racionalmente receberia/pagaria para, na data das demonstrações contábeis, liquidar a obrigação ou para transferi-la a um terceiro. As estimativas dos resultados e efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de casos similares e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à divulgação das demonstrações contábeis. Quando uma única obrigação estiver sendo mensurada, o resultado individual mais provável pode ser a melhor estimativa do passivo.

Quando a provisão mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação é estimada ponderando-se todos os possíveis resultados. Este método estatístico corresponde ao "valor esperado".

## 8. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos estão assim composto:

Impostos Diferidos	31/12/2024	31/12/2023
CSLL Contingencias Cíveis / Trabalhistas	11.933.169,23	4.349.153,63
IRPJ Contingencias Cíveis / Trabalhistas	33.147.692,30	12.080.982,31
ATIVO NÃO CIRCULANTE	45.080.861,53	16.430.135,94
CSLL mais valia imobilizado	820.972,75	1.008.097,56
IRPJ mais valia imobilizado	2.280.479,85	2.800.271,02
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.101.452,60	3.808.368,58

## 9. IMOBILIZADO

Os valores do imobilizado após a adequação a Lei 11638:

Imobilizado	31/12/2024	31/12/2023
Equipamentos	513.866,45	2.762.448,77
Material Permanente	18.223,03	31.921,81
Edificacoes	489.552,29	3.886.059,44
Terrenos	9.189.138,45	9.189.138,45
Veiculos Automotores	6.161,99	6.161,99
BENS EM OPERAÇÃO	10.216.942,21	15.875.730,46
Depreciacoes Acumuladas de Equipamentos	(503.813,76)	(2.200.021,25)
Depreciacoes Acumuladas de Material Permanente	(18.123,19)	(28.872,15)
Depreciacoes Acumuladas de Edificacoes	(218.040,05)	(1.956.036,55)
Depreciacoes Acumuladas de Veiculos	(6.160,99)	(6.161,99)
DEPRECIACOES ACUMULADAS	(746.137,99)	(4.191.091,94)
TOTAL IMOBILIZADO	9.470.804,22	11.684.638,52

#### 9.1. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O Ajuste de avaliação está refletindo as movimentação relacionadas as baixas das unidades vendidas e as transferências patrimoniais realizadas a Seapi, deduzido dos seus impostos diferidos conforme quadro abaixo

AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado Valor Original	988.101,47	1.001.800,25
Imobilizado Valor Societário	10.216.941,21	15.759.996,98
Mais Valia Apurada	9.228.839,74	14.758.196,73
IRPJ Diferido Mais Valia	820.972,75	1.009.538,45
CSLL Diferido Mais Valia	2.280.479,85	2.804.273,47
Reserva de avaliação patrimonial	6.127.387,14	10.944.384,81

#### 10. OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS:

O saldo de Obrigações Operacionais está assim composto:

Obrigações Operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Credores Operacionais	0,00	110.147,68
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>	<b>110.147,68</b>

#### 11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS:

As Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais estão compostas por:

Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais	31/12/2024	31/12/2023
Acordos Trabalhistas a Pagar	1.040.897,01	1.290.955,58
Salários e Encargos Sociais a Pagar	82.600,34	116.903,88
Provisões de Férias e Encargos Sociais	510.662,28	225.208,90
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>1.634.159,63</b>	<b>1.633.068,36</b>

#### 12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PARCELAMENTOS A RECOLHER:

As Obrigações Tributárias apresentam a seguinte composição:

Obrigações Tributárias e Parcelamentos a Recolher	31/12/2024	31/12/2023
Tributos Federais Retidos	2.650,73	2.285,48
IPTU a Recolher	0,00	53.596,63
IRRF a Recolher	82.224,71	0,00
ISSQN a Recolher	920,33	974,32
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>85.795,77</b>	<b>56.856,43</b>

#### 13. OUTROS PASSIVOS:

Os saldos de R\$ 1.474.234,08 (Circulante) e R\$ 20.300.620,47 (Não Circulante) são compostos pelas seguintes contas:

Obrigações por Instrumentos Particulares e Financiamentos	31/12/2024	31/12/2023
Fundação Silius - Div. Parcelada (a)	552.568,16	552.568,16
Fundação Silius - Contribuição Extraordinária 2019/2020/2021	921.665,92	196.413,23
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>1.474.234,08</b>	<b>748.981,39</b>
Fundação Silius - Div. Parcelada (a)	7.923.348,40	7.923.348,40
Fundação Silius - Contribuição Extraordinária 2019/2020/2021	12.377.272,07	3.025.153,47
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>20.300.620,47</b>	<b>10.948.501,87</b>

OBSERVAÇÃO: (a) Saldo existente derivado do "instrumento particular de repactuação, confissão de dívida e outras avenças", firmado em 30 de setembro de 2002, o qual está com sua exigibilidade suspensa judicialmente (vide nota 16-1). (b) Parcelamentos junto a Fundação Silius e Armazéns de Seguridade Social, os quais possuem a natureza de "contribuições extraordinárias para recomposição do déficit patrimonial apurado nos anos 2019, 2020 e 2021", conforme relatórios atuariais produzidas pela entidade fundacional, com suporte técnico atuarial da empresa Mirador Assessoria.

#### 14. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES:

A Companhia possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas provisões estão assim constituídas:

Provisões e Passivos Contingentes	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	121.446.407,93	36.235.352,60
Cíveis	13.324.134,50	12.088.576,64
Trabalhista Processo nº 0037300-45.2005.4.04.0014 <sup>1</sup>	98.723.887,24	98.723.887,24
<b>Totais</b>	<b>233.494.429,67</b>	<b>147.047.816,48</b>

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, como resultado de eventos passados e é provável ou possível que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

No tocante as contingências judiciais, a companhia seguiu efetivando o pagamento de reclamatórias trabalhistas individuais especificamente através de condomínio de credores em andamento junto ao Juizado Auxiliar de Execução do Tribunal Regional do Trabalho - TRT-4, especialmente à ação coletiva trabalhista nº 0037300-45.2005.5.04.0014, onde litiga com o Sindicato dos Auxiliares de Administração Armazéns Gerais no Estado do Rio Grande do Sul - SAGERS, através da alienação de patrimônio imobiliário da companhia em leilões judiciais conduzidos pelo poder judiciário. Entretanto, a denúncia por atraso no pagamento de parcelas pactuadas no acordo formalizado nesta ação coletiva, instrumentalizada pelo Sindicato SAGERS, impactou substancialmente o valor das verbas decorrentes de reclamatórias trabalhistas, contribuindo diretamente na elevação dos valores das contingências previstas no exercício anterior.

##### 1) Processo nº 0037300-45.2005.4.04.0014<sup>1</sup>

Pontualmente, a reclamatória trabalhista de nº 0037300-45.2005.4.04.0014, a qual tramita na 14ª Vara do Trabalho da capital, ajuizada pelo Sindicato dos Auxiliares em Administração de Armazéns Gerais no Estado do Rio Grande do Sul - SAGERS, é a ação trabalhista de maior impacto econômico na Companhia. Na referida ação, a CESA acordou em 2016 o pagamento de 40% do valor do título executivo, o que representa a quantia de R\$ 117.942.473,00, em parcelas mensais de 10 mil reais a cada substituído, atualizados monetariamente pelo INPC do mês anterior. Sobre estes valores devem ser apurados ainda, e sob responsabilidade de pagamento da CESA, as contribuições de INSS e IR, as quais originalmente deveriam ser retidas em folha. Para pagamento desta obrigação, a CESA já aportou nos autos R\$148.499.547,54 ao longo dos anos, com estes valores sendo obtidos em parte com a alienação do patrimônio imobiliário da companhia, parte com aporte feito pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através de AFAC, e ainda, pequena parte, através de recursos obtidos com a atividade empresarial da companhia, enquanto esteve ativa prestando serviços (nota 6). O valor provisionado prevê a classificação do processo como provável possibilidade da companhia arcar com o pagamento da integralidade dos valores homologados judicialmente no momento anterior ao acordo, em razão da denúncia do acordo realizada pelo Sindicato SAGERS, sob a alegação de atraso nos pagamentos das parcelas e inadimplemento da obrigação pactuada. O juízo da 14ª Vara do Trabalho aceitou a denúncia, com a CESA recorrendo da decisão. Ainda, deve ser considerada a obrigação de pagamento dos valores referentes ao imposto de renda, INSS e custas processuais. Esta situação impactou negativamente e elevou de forma muito expressiva os valores provisionados para esta obrigação.

##### 2) Parcelamentos e formação de condomínios:

Além do acordo, a empresa prosseguiu com o aporte de valores nos dois condomínios de credores em andamento junto ao JAE-TRT-4, visando o pagamento das ações trabalhistas individuais. Atualmente a Companhia mantém 3 (três) condomínios de credores ativos, para pagamentos de Custas Judiciais, um para pagamento de ações com acordos já formalizados e com representação do Escritório Barata Silva e Advogados Associados, o qual possui o patrocínio da maioria das ações contra a companhia, e um terceiro para credores representados pelo SAGERS, o qual obtém recursos oriundos de alienações patrimoniais e depositados junto ao JAE.

##### 3) Litígios com a Fundação Silius e Armazéns de Seguridade Social:

A CESA litiga em quatro ações judiciais com a Fundação SILIUS, as quais tramitam na justiça estadual do Estado do Rio Grande do Sul. Em razão das decisões proferidas no decorrer do ano de 2024 a gestão reclassificou o risco de perda dos processos para possível. Considerando os debates judiciais em andamento, especialmente acerca do pagamento da obrigação firmada no bojo do "instrumento particular de repactuação, confissão de dívida e outras avenças", pactuado em 30 de setembro de 2002, o qual embasa, de uma forma ou de outra, todas as ações judiciais. A reclassificação impactou substancialmente a provisão para pagamento da obrigação nos processos judiciais, elevando o valor total das contingências cíveis em R\$56.494.701,18.

15. ADIANTAMENTOS PARA AUMENTO DE CAPITAL:

O Saldo de R\$ 495.906.829,58 e R\$ 478.906.89,58 em 2024 e 2023 respectivamente, referem-se a AFAC efetuado pelo Estado do Rio Grande do Sul.

16. CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social autorizado da Companhia é R\$ 350.000.000,00 estando subscrito e integralizado R\$ 193.337.426,39 e a emitir R\$ 156.662.573,61 cuja composição acionária está assim composta:

Acionistas	Tipos de Ações	Quantidade	R\$	Participação (%)
Estado do Rio Grande do Sul	ON	815.323.526.715,00	193.204.779,57	99,931391
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	ON	341.082.874,00	80.825,36	0,041805
Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE	ON	197.614.574,00	46.828,16	0,024221
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	ON	21.050.225,00	4.988,15	0,002580
Outros Acionistas	PN	21.738,00	5,15	0,000003
<b>Totais</b>		<b>815.883.296.126,00</b>	<b>193.337.426,39</b>	<b>100,00000</b>

17. CONTAS DE RESULTADO:

As contas de resultado estão agrupadas segundo sua natureza para melhor demonstração, assim compostas:

17.1 Despesas com Pessoal	31/12/2024	31/12/2023
Proventos e Honorários	18.784.301,26	6.819.346,59
Previdência Social	1.086.219,10	810.240,97
Assistência Social	53.284,73	37.957,93
FGTS	299.973,17	172.648,64
Vale Alimentação e Transporte de Funcionários	176.479,25	162.902,82
<b>Totais</b>	<b>20.400.257,51</b>	<b>8.003.096,95</b>

17.2 Despesas com Materiais e Serviços	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com Serviços de Terceiros	1.999.380,90	1.473.948,21
Despesas com Conservação e Funcionamento	140.870,26	275.124,61
Despesas com Expediente	22.880,71	419.225,03
Despesas com Locomoção	787,28	3.470,25
Despesas Administrativas	4.350,37	8.624,86
Despesas com Custas, Taxas e Emolumentos	186,33	2.763,90
<b>Totais</b>	<b>2.168.455,85</b>	<b>2.183.156,86</b>

17.3 Despesas Tributárias	31/12/2024	31/12/2023
Tributos e Taxas Diversas	43.567,49	220.851,76
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	113.152,37	203.451,66
<b>Totais</b>	<b>156.719,86</b>	<b>424.303,42</b>

17.4 Outras Despesas Operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com Sentenças Trabalhistas e Cíveis	3.853.024,15	3.043.511,89
Processos Cíveis - Passivos Contingentes	3.740.492,65	(3.733.137,77)
Processos Trabalhistas - Passivos Contingentes	85.219.396,23	21.943.313,05
Despesas com Ex-Autárquicos	195.652,55	0,00
Despesas com Custos e Taxas Processuais	295.951,88	29.225,86
<b>Totais</b>	<b>93.304.517,46</b>	<b>21.282.913,03</b>

17.5 Outras Receitas Operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Outras Receitas	2.002.834,34	247.903,44
<b>Totais</b>	<b>2.002.834,34</b>	<b>247.903,44</b>

O valor de Outras Receitas R\$ 168.671,12 é composto por receitas provenientes de aluguel de espaço. O valor de R\$ 1.847.181,32 refere-se a recuperação de despesas conforme acordo judicial com a empresa TS2 Transportes e Serviços Ltda.

17.6 Despesas Financeiras	31/12/2024	31/12/2023
Comissões e Despesas Bancárias	10.760,30	20.341,04
Multas e Encargos	9.260,00	161.290,83
Juros e Atualização sobre Valores Pagos e Incorridos	3.692,65	206.234,70
<b>Totais</b>	<b>23.712,95</b>	<b>387.866,57</b>

17.7 Receitas Financeiras	31/12/2024	31/12/2023
Descontos Recebidos	14.404,22	17,12
<b>Totais</b>	<b>14.404,22</b>	<b>17,12</b>

18. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

As despesas não operacionais no valor de R\$ 1.889.284,08 são resultantes das baixas de bens do ativo imobilizadodas filiais.

Sérgio Luiz Valmorbidia  
Diretor-Presidente  
CPF: 293.815.760-68

Leonardo Kramer do Prado  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 827.303.930-72

Paulo Cesar Motta  
CPF: 498.915.700-10  
Contador CRC/RS 61.363/RS